



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA ÚNICA VARA CÍVEL DA COMARCA DE MUCAJAI/RR

Processo: 08001158120208230030

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **SILAS MESQUITA NOGUEIRA**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.^a, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

A Lei que regula a indenização pleiteada pela parte Autoral é a Lei n.º 6.194/74, a qual determina que deve existir nexo de causalidade e efeito entre a invalidez e o acidente noticiado.

Em que pese à parte autora ter juntado aos autos documentos médicos e uma comunicação policial unilateral, não há elementos capazes de comprovar **que a lesão apresentada seja em decorrência do acidente de trânsito**.

Conforme consta no próprio laudo pericial, o autor não sofreu nenhum tipo de lesão que deixasse o mesmo com invalidez permanente, uma vez que, DOR não é lesão, logo não havendo cobertura:

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA CÍVEL ÚNICA DA
COMARCA DE MUCAJAI - RR.

Processo nº: 0800115-81.2020.8.23.0030.
Autor: SILAS MESQUITA NOGUEIRA.

Rogério Leonardo de Paula Dias, brasileiro, médico ortopedista e traumatologista, inscrito no CRM/RR 1205 RQE - 114, nomeado perito no processo supracitado, vêm, respeitosamente, atendendo ao despacho de V. Excelência, complementar o laudo do periciado acima citado, da pericia realizada em 06 de abril de 2020.

**DOR RESIDUAL ORIUNDA DA CICATRIZAÇÃO HIPERTROFICA POR VEZES
PÓS ESFORÇOS FISICOS, ALÉM DE RETRAÇÃO TECIDUAL EM REGÃO SUPERIOR DO
UMBIGO.**

**RATIFICANDO ALTERAÇÃO DA ANATOMIA E JUSTIFICANDO A DOR
RELATADA PELO PERICIADO.**

Ademais, o ilustre perito na confecção do laudo de fls. atestou que inexistente nexo causal entre o acidente e a suposta invalidez da vítima, não podendo de forma alguma o i. julgador ficar indiferente a esta situação.

Como é de sabença não só é necessário, mas obrigatória, a comprovação do nexo entre a ocorrência do dano e o fato gerador do mesmo.

Portanto, como não há nexo de causalidade entre a invalidez e o suposto acidente noticiado, conforme consta da perícia judicial, confia no alto grau de competência de Vossa Excelência, sendo certo que a presente demanda deverá ser julgada totalmente improcedente, com fundamento no artigo 487, inciso I, da Lei Processual Civil.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

MUCAJAI, 2 de setembro de 2020.

JOÃO BARBOSA
OAB/RR 451-A

SIVIRINO PAULI
101-B - OAB/RR